

A QUESTÃO DO ACESSO ABERTO EM PORTUGAL E NO BRASIL

Resumo: O Acesso Aberto ao conhecimento, cumprindo seu princípio de disponibilizar livre e publicamente para que qualquer usuário faça leitura, *download*, cópia, impressão, distribuição, busca ou o link com o texto completo de artigos, respeitado os direitos legais de autoria, poderá, finalmente, aproximar os pesquisadores de países distantes para uma cooperação internacional. Essa integração, certamente, resultará em benefícios para todas as nações. Independentemente da realidade social e cultural a maioria dos países ao redor do mundo sofre o problema da falta de visibilidade do conhecimento gerado por seus pesquisadores. Objetivando discutir, brevemente, sobre a importância do acesso aberto à informação este trabalho apresenta um rápido panorama das ações levadas a cabo, em Portugal e Brasil, para a promoção do conhecimento gerado nesses países. Projetos de Acesso Aberto em Portugal e no Brasil são, cada vez, em maior número. No entanto, aparecem em etapas de desenvolvimento diferenciadas. É importante estabelecer parcerias e reunir esforços dentro do próprio país e, também, com parceiros de outros países e aproveitar os recursos da Internet. Desses fatores irão emergir, decerto, iniciativas de maior dimensão, com mais qualidade e otimização de custos.

Palavras-chave: Acesso Aberto; Produção científica; Promoção da Informação.

Abstract: The purpose of this paper is to discuss and identify some benefits of Open access (OA) initiatives in Portugal and Brazil. Open access is a powerful tool to promote knowledge and means that any individual user, anywhere, who has access to the Internet, may link, read, download, store, print-off, use, and data-mine the digital content of a research article published in peer-reviewed journals. This article usually has limited copyright and licensing restrictions. OA is an idea that might change the publishing landscape to bring benefits to many researchers all over the world and to approach them for international partnerships. That integration will result in benefits for all the nations. Besides many countries have the problem of the lack of visibility of the knowledge generated by their researchers. There are a lot of important OA initiatives in Brazil and Portugal. These initiatives appear in differentiated development stages. It is very important to establish partnerships and to gather efforts inside of the country and, also, with other countries to take advantage of the internet resources. These issues will certainly lead to the emergence of larger projects, with more visibility, quality and improvement of costs.

Key words: Open Access; Scientific research; Scientific Information.

1 Introdução

O uso das tecnologias de informação e comunicação criou uma extraordinária revolução no mundo da informação. Para os pesquisadores, os editores, os bibliotecários e profissionais da informação a Internet surgiu como um poderoso meio de acesso e disseminação do conhecimento técnico e científico. A par de muitos países, Portugal e Brasil observaram na rede uma oportunidade para, de acordo com as suas necessidades e recursos, dar a devida visibilidade ao conhecimento gerado por seus pesquisadores e promover as citações cruzadas entre autores em redor do mundo. O Acesso Aberto¹ ao conhecimento, a partir do seu princípio maior: disponibilizar livre e publicamente na Internet, de forma a permitir a qualquer usuário a leitura, *download*, cópia, impressão, distribuição, busca ou o *link* com o texto completo de artigos, bem como o uso para qualquer outro propósito legal, funciona para aproximar os pesquisadores de países distantes originando uma cooperação internacional que, certamente, resultará em benefícios para todas as nações.

Este texto discute, brevemente, os esforços empreendidos por portugueses e brasileiros na promoção do Acesso Aberto ao conhecimento técnico científico gerado por pesquisadores e profissionais dessas duas culturas.

2 Conhecimento e Desenvolvimento

Quando falamos de conhecimento estamos nos referindo a uma séria de atividades que vão desde a geração do conhecimento puro (ciência) e aplicado (tecnologia) até a capacidade de, a partir dele, produzir riqueza (inovação). Entretanto, para esse conhecimento produzir riquezas precisa ser difundido e estar acessível para as pessoas que dele quiserem se utilizar. O acesso ao conhecimento proporciona o aumento da produtividade, levando ao desenvolvimento social e econômico. Ao contrário, a exclusão informacional é a mais perversa de todos os tipos de exclusão. Quando não possibilitamos o acesso à informação estamos impedindo que as pessoas aprendam,

¹Acesso Aberto é a designação utilizada por parte dos pesquisadores da comunidade lusófona para identificar o fenómeno do Open Access (AO), em Portugal é utilizado o termo Acesso Livre derivado da tradução francesa « Libre Accès ».

transformem-se e produzam mais em seus trabalhos. Pessoas ignorantes têm baixas aspirações, produzem pouco e o seu consumo é limitado. Além disso, trabalham o mínimo necessário para suprir suas necessidades básicas e não assumem riscos de empreendimentos individuais, mantendo sempre a condição de subordinação, em uma total dependência do patrão e do governo. (SOUZA; OLIVEIRA, 2006). Por outro lado, os indivíduos que têm acesso à informação são capazes de compreender a importância da educação e investem na sua formação, obtendo maiores opções de escolhas, aumentando sua renda, consumindo mais, fazendo girar a economia e gerando riquezas, para si próprios, e para o país. Nos países em desenvolvimento, ainda hoje, apesar dos avanços tecnológicos, o acesso ao conhecimento está restrito à parcela mais rica da população, assim, a minoria obtém os retornos que a educação possibilita.

3 O Acesso Aberto ao Conhecimento e suas Ferramentas

Os investimentos em geração de conhecimento trazem desenvolvimento para o país. Entretanto, esse conhecimento só contribuirá efetivamente para os avanços da sociedade se estiver disponível e acessível gratuitamente. Vale lembrar que estamos falando de pouco dinheiro e uma grande quantidade de pessoas que precisam aprender. Apesar dos esforços sempre envidados pelas bibliotecas para garantir o acesso à informação ao maior número de usuários possível, o conhecimento esteve restrito a uma parcela pequena da população até ao evento da Internet. Nunca o mundo dispôs de um instrumento tão fantástico como a Internet. Nunca as bibliotecas contaram com uma ferramenta tão revolucionária para exercer seu papel de provedoras de informação. O Manifesto da International Federation of Library Association and Institutions (IFLA) declara em seus princípios que:

O livre acesso à Internet, oferecido pelas bibliotecas e serviços de informação, contribui para que as comunidades e os indivíduos atinjam a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento.

As barreiras para a circulação da informação devem ser removidas, especialmente aquelas que favorecem a desigualdade, a pobreza e o desespero (IFLA, 2002).

Nos finais dos anos 90, tendo como principais metas a disseminação e o acesso a baixo custo à informação técnica e científica, surgiram projetos válidos em algumas universidades. As iniciativas que mais se destacaram foram o *software* específico, de Acesso Aberto, para criação de arquivos de informação científica, nomeadamente, o *Eprints*² da University of Southampton, o *DSpace* de uma acção conjunta entre as bibliotecas do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e a HP-Labs e ainda o *Fedora* que surgiu de uma parceria da Cornell University Information Science com a University of Virgínia Library (EUROPEAN COMMISSION, 2006). Os repositórios que surgiram são de dois tipos:

- Arquivos temáticos que armazenam coleções de *pre-prints* da mesma área do conhecimento (exemplo: Física, Saúde, etc.); e,
- Repositórios institucionais que preservam e disseminam a produção científica produzida por uma dada instituição (teses, dissertações, *working papers*, comunicações de conferências e artigos publicados).

Em 2001, a Open Archives Initiative³ cria a primeira versão do protocolo OAI-PMH⁴ (Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting) que possibilita a interoperabilidade entre os servidores que albergam os arquivos de acesso aberto. O protocolo OAI-PMH vem possibilitar a partilha de dados entre repositórios digitais, assente na troca de metadados XML, em formato Dublin Core.

Na última década, o Acesso Aberto tem vindo a conquistar uma posição importante no âmbito da divulgação da Ciência e do Conhecimento, apesar dos obstáculos que ainda existem a nível comercial, por parte de alguns editores e associações científicas. Rodrigues (2004) afirma que a prova desse fato são os inúmeros documentos, manifestações de interesse e iniciativas, que as universidades, as sociedades científicas e as organizações governamentais de

2 Primeiro software criado para repositórios de literatura técnica e científica.

3 Disponível em: <<http://www.openarchives.org/>>. Acesso em 13 jun. 2008

4 Disponível em: <<http://www.openarchives.org/pmh/>>. Acesso em 13 jun. 2008

todo o mundo, produziram em defesa do acesso aberto, nomeadamente, entre outros, a Budapest Open Initiative⁵, em 2002, a Declaração de Princípios e Plano de Acção da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação da Organização das Nações Unidas, em 2002, a Declaração de Berlim⁶ sobre o Acesso Aberto ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades, em 2003, a Declaration on Access to Research Data From Public Funding⁷, aprovada por representantes ministeriais de 34 países da OCDE (incluindo Portugal), em 2004.

Em 2006, o relatório “Study on the economic and technical evolution of the scientific publication markets in Europe” (EUROPEAN COMMISSION, 2006) recomenda que as instituições europeias, que financiam projetos de investigação e desenvolvimento, devem exigir que os artigos publicados no âmbito desses projetos sejam arquivados em repositórios de Acesso Aberto após sua divulgação pública.

Recentemente, deparamos com afirmações animadoras sobre as estimativas percentuais de literatura científica disponível em acesso aberto. Rodrigues (2008) refere o estudo, realizado pelos finlandeses Bo-Christer Björk, Annikki Roos e Mari Lauri, “*Global annual volume of peer reviewed scholarly articles and the share available via different Open Access options*”, que conclui:

Cerca de 8.1% está disponível através da designada via dourada, através de revistas em acesso livre (4,6%), ou com embargos até um ano (3,5%), e 11,3% através da designada via verde, através do depósito de cópias dos artigos em repositórios (ou páginas pessoais).

4 A Informação Científica em Portugal

Do ponto de vista histórico, inúmeras bibliotecas académicas portuguesas tiveram a sua origem a partir de uma unidade central, que posteriormente se desdobrou em bibliotecas departamentais e/ou especializadas em função das diversas áreas do conhecimento. Esse fenómeno surgiu da necessidade de descentralizar os serviços e tornar a documentação mais acessível aos docentes e pesquisadores de departamentos e laboratórios. Em países da Europa Central, América, Austrália e Japão também se observou a criação de bibliotecas departamentais, no entanto, não houve qualquer prejuízo para as

5 Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>>. Acesso em 10 jun. 2008.

6 Disponível em: <<http://oa.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.html>>. Acesso em 10 mai. 2008.

7 Disponível em: <<http://www.codataweb.org/UNESCOmtg/dryden-declaration.pdf>>. Acesso em 16 mai. 2008.

grandes unidades centrais de documentação. Sem graves problemas orçamentais, as bibliotecas gerais universitárias, de países de maior desenvolvimento económico e cultural, puderam ver-lhes atribuídas boas instalações, situadas nos centros dos *campus* universitários, e recheadas de ótimos equipamentos e coleções de publicações em vários suportes (Melo, 2005). Em Portugal é bem evidente a distinção das universidades mais antigas e de maior dimensão (Coimbra, Lisboa e Porto) que apresentam os seus acervos repartidos pelos departamentos, e as universidades de criação mais recente (Açores, Algarve, Aveiro, Beira Interior, Évora, Madeira, Minho e Trás-os-Montes) onde existem serviços de documentação centralizados com instalações dignas que armazenam valiosas e atualizadas coleções.

O advento das tecnologias para organização e recuperação da informação teve grande impacto nas ações das bibliotecas, principalmente nas do ensino superior. Em meados da década dos anos 80, as bibliotecas universitárias portuguesas iniciam o processo de informatização, com a automatização dos seus catálogos bibliográficos. Este processo teve a sua origem na divulgação do Programa Mini-Micro CDS/ISIS pela Biblioteca Nacional (*software* cedido pela UNESCO) e na cooperação com a PORBASE. A adesão das bibliotecas académicas foi total porque, ao elaborarem as suas bases de dados bibliográficos eletrónicos, estavam simultaneamente criando, com a Biblioteca Nacional Portuguesa a Base Nacional de Dados Bibliográficos.

No final da década de 90, com o rápido desenvolvimento tecnológico e o crescimento da indústria da informação, nomeadamente, com o surgimento de vários produtos em suporte digital (bases de dados bibliográficos e periódicos científicos em texto integral) surgiu a necessidade de implementar uma nova dinâmica, que englobou várias questões, entre elas a formação a dois níveis: formação de profissionais da informação e formação de usuários (GONÇALVES... et al., 1993).

À escala mundial, a indústria da informação científica, devido ao seu crescimento criou graves problemas nos orçamentos das bibliotecas académicas. Com a fusão de editoras e o aparecimento das empresas multinacionais, os custos da informação científica tornaram-se insustentáveis.

Para ultrapassar esta situação, as palavras de ordem foram: cooperar, partilhar recursos, estabelecer novas parcerias e criar medidas políticas apropriadas. Às bibliotecas académicas portuguesas que integravam grandes coleções em suporte papel (bibliotecas tradicionais) foi acrescentado mais valor com a adição das bibliotecas digitais. Esse processo, à semelhança do que aconteceu em muitas bibliotecas em todo o mundo, realizou-se com a criação de um consórcio nacional, em 1999. Na atualidade, os pesquisadores e os académicos portugueses têm acesso a informação científica de grande qualidade e em quantidade muito apreciável no Consórcio Nacional da b-on – Biblioteca do Conhecimento On-line⁸ (COSTA, 2007).

Os bibliotecários portugueses acompanharam, desde logo, o movimento mundial em favor do Acesso Aberto ao conhecimento científico. Eles envolveram-se em ações para promover esta forma de disponibilizar informação técnica e científica no País. Vários projetos surgiram - merece especial destaque o Repositório Institucional da Universidade do Minho, que recebeu a designação de RepositóriUM, e foi disponibilizado publicamente em Novembro de 2003 (RODRIGUES, 2005). Este projecto pioneiro é o que, na atualidade, apresenta um conteúdo com maior número de documentos.

Em 2006, no decorrer da 2ª Conferência sobre Acesso Livre, organizada pela Universidade do Minho, um conjunto de bibliotecários e técnicos superiores de informação do ensino superior e de institutos de investigação e desenvolvimento do Brasil, Portugal e Moçambique elaboraram o “Compromisso do Minho: compromisso sobre o Acesso Livre à informação científica em Países Lusófonos”⁹.

Estes profissionais afirmam que “os países lusófonos constituem uma das maiores comunidades lingüísticas do mundo” e que “uma iniciativa integrada tem mais impacto que várias iniciativas”. Os signatários deste testemunho comprometem-se a promover, junto da tutela das instituições e organismos onde desenvolvem atividade profissional, ações com o objetivo de criar projetos

8 Disponível em: <<http://www.b-on.pt>>. Acesso em 19 mai. 2008.

9 Disponível em: <www.ibict.br/anexos_secoes/compromissoDoMinho.doc>. Acesso em 19 mai. 2008.

integrados no âmbito do Acesso Aberto para maximizar o impacto global da produção científica de expressão de língua portuguesa.

Nos últimos anos, inúmeras iniciativas foram desenvolvidas em Portugal. No anexo A, apresenta-se uma listagem das mais divulgadas nos ambientes académicos. Faz-se constar o nome do projeto, a instituição a que pertence e o URL.

Estes projetos de acesso aberto revelam uma grande diversidade em tecnologias, conteúdos e dimensão. Existem repositórios que utilizam software DSpace, Fedora e protocolo OAI-PMH, coleções digitais associadas a catálogos eletrónicos do sistema ALEPH e outras plataformas de acesso aberto desenvolvidas com múltiplas tecnologias (SEQUEIROS, 2007).

À semelhança da época da informatização dos catálogos de dados bibliográficos, na década de 80, também nos últimos anos a Biblioteca Nacional Portuguesa desenvolveu software que abrange simultaneamente a estruturação de conteúdos, a produção de metadados, a publicação e a pesquisa de coleções digitais. Santos (2007) explica que as ferramentas desenvolvidas pela Biblioteca Nacional Digital¹⁰ (BND) encontram-se disponíveis “em livre acesso e código aberto, para um conjunto de aplicações que possibilitam a colocação e a pesquisa em linha de conteúdos digitais, nomeadamente a aplicação Papaia (Processamento de Páginas Digitais), o sistema ContentE (Editor de Conteúdos Estruturados), o sistema SECO (Serial COnverter) e o sistema MITRA para pesquisa de conteúdos”. Borbinha (2007) adianta que no caso da BND todos os “objetos de preservação” estão organizados de tal forma que cada um dá origem a uma pasta. Essa pasta contém todos os ficheiros com os conteúdos de informação, os respectivos metadados estruturados, oferecendo a possibilidade de em qualquer instante se manusear o conteúdo do documento. Este conjunto de ferramentas tem sido utilizado, quer por universidades, quer por outras instituições, para organização de coleções digitais.

Iniciativa de Acesso Aberto que exhibe enorme sucesso por funcionar em parceria é o projeto SciELO (EUROPEAN COMMISSION, 2006). Este projeto pelo seu notável valor será novamente referido no texto, neste momento,

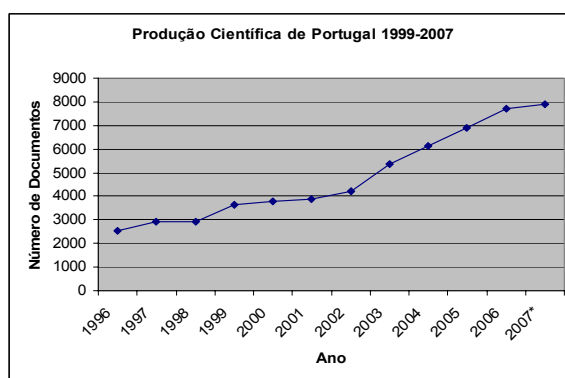
¹⁰ Disponível em: <<http://bnd.bn.pt/>>. Acesso em 25 mai. 2008.

adianta-se que Portugal participa com 19 títulos de periódicos científicos (SciELO Portugal, 2008).

No anexo A, além de iniciativas acadêmicas, referem-se coleções digitais de instituições nacionais, serviços públicos jurídicos e da Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas. Existem bibliotecas digitais que se revelam fontes de informação úteis na área do Direito. Há outras, que disponibilizam monografias, periódicos e manuscritos dos séculos XVII a XIX, tornando-se fontes prestáveis para o desenvolvimento de investigação na área das Ciências Sociais, nomeadamente, na História e na Sociologia.

Vale, neste contexto, apresentar a produção científica Portuguesa, de 1996-2007. Os dados de 1999-2006 foram obtidos do SCImago (2007) e os valores de 2007 são de Gomes, Delerue-Matos, Nouws, Albergaria e Vieira (2008).

Figura 1 – Gráfico da Produção Científica Portuguesa de 1999 a 2007



* Os valores para o ano de 2007 são provisórios por estarem a ser introduzidos diariamente novos documentos

A par de outros fatores (aumento do número de alunos de estudos pós-graduados e financiamentos em equipamentos e instalações para investigação) a conexão a informação científica, na Internet, vem contribuir para o acentuado aumento de documentos publicados, a partir de 2003, como se ilustra na Figura 1. Portugal na atualidade ocupa o 33º lugar no ranking do SCImago constituído por um total de 205 países.

5 Enquanto isso no Brasil...

No Brasil, além das diferenças da educação entre a camada mais rica e a mais pobre da população temos o problema das diferenças regionais, ou seja, o país não se desenvolve da mesma forma nas várias partes de seu imenso território.

As regiões que investem mais em ciência e tecnologia vêm alcançando um grau de desenvolvimento elevado, comparado com as demais do país onde não é possível o mesmo investimento. Uma forma de minimizar os malefícios das disparidades regionais é o investimento na difusão do conhecimento em que regiões com mais estoques de conhecimento compartilhem seus produtos de informação com aquelas menos favorecidas. Retirar o conhecimento das estantes das bibliotecas das regiões privilegiadas do país, onde estão restritas a uma pequena parcela da população e protegido pelo fantasma do direito autoral, tornando a informação em um bem público, parece ser um grande passo rumo ao desenvolvimento nacional. Nos países como o Brasil, com tradição no direito continental, os direitos autorais são regulamentados como direito da pessoa, tendo um certo equilíbrio entre o direito privado e o público, embora esse equilíbrio não seja o desejável. Craveiro, Machado e Ortellado (2008) orientam que o Estado é o grande financiador da pesquisa científica, da educação e da cultura no país e os recursos vêm diretamente do contribuinte e explicam que

desde a década de 1960, o Estado estabeleceu uma política de imunidade tributária à indústria do livro, tendo deixado de recolher, apenas no ano de 2007, cerca de 1 bilhão de reais em tributos como ICMS, Imposto de Importação, Imposto sobre Serviço, PIS e COFINS/PASEP. Destinados a estimular e promover a educação e a cultura, esses incentivos cumprem muito parcialmente o seu objetivo. As restritas exceções e limitações da nossa lei de direitos autorais e a ausência de políticas para o licenciamento livre de conteúdos financiados com recursos públicos têm criado barreiras ao acesso público à informação.

Iniciativa, coroada de sucesso, ao reunir, organizar e disseminar informação no ambiente virtual, partiu do Centro Latino-Americano de Informação em Ciências da Saúde¹¹ (BIREME) com a criação da Biblioteca Virtual de Saúde¹² (BVS), no ano de 1998. Um ano antes, 1997, também sob a coordenação da BIREME, nascia o modelo SciELO¹³ de publicação eletrônica que viria mudar, definitivamente, o sistema de publicação científica e do qual falaremos mais adiante.

Com a instalação de seu primeiro terminal, em 1972, a BIREME entra definitivamente no mundo da informação eletrônica, operando com a National

11 Disponível em: <<http://www.bireme.br/bvs/bireme/homepage.htm>>. Acesso em 25 mai. 2008.

12 Disponível em: <<http://www.bireme.br/php/index.php>>. Acesso em 25 mai. 2008.

13 Disponível em: <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em 25 fev. 2008.

Library of Medicine¹⁴ (NLM) via Satélite Intersat, exercitando o que viria a ser na era da informação: a rede das redes na área da saúde.

Atualmente, a BIREME, com seus nós em todos os países da América Latina e em países da Europa e África, caracteriza-se pelo trabalho em rede e operação de fontes de informação de acesso remoto, enfatizando, sobretudo, o trabalho cooperativo.

A mais recente iniciativa sob a coordenação da BIREME é a Global Health Library, cuja meta é promover o acesso democrático à informação científica em saúde como condição essencial para o progresso da saúde¹⁵. Biblioteca Virtual em saúde do Mundo conta com a coordenação do Brasil para o desenvolvimento e operação da plataforma metodológica e tecnológica a partir da que opera a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), amplamente disseminada na região da América Latina e Caribe, que é mantida e desenvolvida pela BIREME e por uma rede de desenvolvedores.

5.1 Visibilidade do conhecimento gerado no Brasil

O compromisso que pesquisadores, editores, bibliotecários e muitas outras pessoas envolvidas com a geração e disseminação do conhecimento assumiram a favor da promoção e divulgação da produção científica no Brasil é louvável. Lutar para que o conhecimento gerado no país, e quiçá na América Latina, esteja disponível e visível para um grande número de leitores e pesquisadores ganha força na comunidade científica. Além da bandeira a favor da visibilidade da "ciência perdida do terceiro mundo", que Gibbs (1995) explorou com muita propriedade, há um sentimento da necessidade de conscientização da comunidade em prol da valorização da ciência construída nos países latino-americanos, uma vez que grande parte dessa produção da região não está escondida por falta de qualidade, mas simplesmente por dificuldades de acesso.

A realidade dos países em desenvolvimento, na América Latina e Caribe, exige esforços para a construção de conhecimentos e práticas que possam responder de modo adequado às necessidades e urgências da sociedade. As

¹⁴ Disponível em: <<http://www.nlm.nih.gov/>>. Acesso em 25 mai. 2008.

¹⁵ Disponível em: <<http://newsletter.bireme.br/new/index.php?lang=pt&newsletter=20080109#4>>

dificuldades do acesso à informação e falta de visibilidade do conhecimento gerado nos países pobres são atribuídas, muitas vezes, a pouca aceitação de suas revistas nas bases de dados internacionais. De acordo com Oliveira (2005) Zimba e Mueller (2004) definem visibilidade científica como “o grau de exposição e evidência de um pesquisador ante a comunidade científica”. A autora explica que a “visibilidade elevada ocorre quando os trabalhos e idéias do pesquisador se tornam acessíveis de maneira fácil, o que aumenta as chances de que possam ser recuperados, lidos e citados.”. Ferreira e Yoshida (2004) reconhecem que uma maior proporção de trabalhos indexados não corresponde, necessariamente, a maior produção na área, já que nem toda ela chega a ser submetida à indexação pelos editores, seja por não atender aos critérios das bases de dados, ou porque não houve iniciativa ou possibilidade por parte dos editores para fazê-lo. Os autores conferem que maior visibilidade e acesso à produção poderiam ser provocados pela presença significativa da produção científica nacional em bases de dados internacionais. Gibbs (1995) no artigo *Lost Science in the Third World*, concluiu que 70% dos periódicos latino-americanos não estavam incluídos em nenhuma base de dados, o que condenava essas publicações a uma “existência fantasma”. Ainda sobre a importância da indexação em bases de dados, Oliveira (2005) afirma que

A Internet tornou a pesquisa mais rápida e a informação acessível a pessoas localizadas em diferentes partes do mundo, aumentando ainda mais a importância da indexação dos periódicos em bases de dados conceituadas em suas áreas de atuação.

Mesmo contando com as facilidades da rede, os periódicos brasileiros ainda apresentam uma baixa presença nas principais bases de dados. Uma ilustração do quadro pode ser demonstrada considerando uma área que possui muitas revistas publicadas no Brasil - a Psicologia.

A Tabela 1 apresenta um panorama dos 69 títulos de revistas avaliados pela Comissão Editorial CAPES/ANPEPP (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Associação Nacional de Pós-Graduação em Psicologia), no ano de 2007, e suas indexações nas bases de dados reconhecidas pela área. Consultando o *Índex Psi Periódicos*¹⁶ percebemos que

16 Disponível em: <www.bvs-psi.org.br>. Acesso em 20 jun. 2008.

a área publica correntemente mais de 100 títulos, entretanto vamos nos deter aos títulos avaliados.

Tabela 1 – Número de Revistas de Psicologia Indexadas nas Principais Bases de Dados da Área

Base de dados	PsycInfo	Psicodoc	Scopus	LILACS
Total de revistas indexadas	12	4	3	65

Não incluímos as bases de dados do ISI/Thomson por não indexar nenhuma revista brasileira de Psicologia.

Dos 69 títulos avaliados no ano de 2007, apenas 12 são indexados na principal base de dados indexadora da literatura psicológica PsycInfo. Desenvolvida e mantida pela American Psychological Association (APA) a base de dados, que inclui revistas desde o ano 1800, reúne publicações de todo o mundo. Psicodoc é publicada pelo Colégio de Psicólogos de Madrid e inclui revistas, trabalhos publicados de congressos e livros editados na Espanha e América Latina, desde 1975 até a atualidade e apresenta quatro títulos brasileiros. Lançada em 2004, pela editora Elsevier, a base de dados de citações SCOPUS é outra importante fonte de informação disponível para bibliotecários, cientistas da informação, editores e pesquisadores que desejam recuperar e avaliar a literatura científica nas suas áreas e indexa três títulos brasileiros da área de Psicologia. Criada em 1982 pela BIREME, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) é produzida de forma cooperativa pelas instituições que integram a rede de informação da BIREME, da qual a Rede de Bibliotecas da Área de Psicologia (ReBAP) é membro ativo na indexação de revistas. A seleção de títulos LILACS da Psicologia está vinculada à avaliação da CAPES/ANPEPP. O avanço que as revistas da área vivenciaram nos últimos anos possibilitou o aumento expressivo de títulos LILACS, culminando com os 65 títulos indexados no ano de 2007. Como podemos observar, excetuando-se a LILACS, o número de revistas aceitas para indexação nas principais bases de dados da área é reduzido. Retomando a discussão anterior que a indexação em bases de dados estimula a visibilidade do conhecimento publicado em revistas, que é o mais reconhecido instrumento para registro e divulgação dos saberes, a Psicologia brasileira tem motivos de sobra para se preocupar.

Meneghini (1998) comparou o conhecimento gerado no Brasil a um *iceberg*, pois apenas uma pequena parte estava visível nas bases de dados internacionais, sendo que mais de 80% permanecia escondido e sem visibilidade. Dez anos depois, em relação à Psicologia, o panorama continua o mesmo. Foi buscando mudar essa realidade que o SciELO (Scientific Electronic Library Online), modelo de publicação eletrônica, foi desenvolvido. Em 1997, a BIREME, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) criou uma plataforma para publicação de revistas eletrônicas que viria abalar o cenário das publicações científicas. O projeto acompanhou as experiências internacionais para publicações dessa natureza e, pela primeira vez, ofereceu uma solução para medir o fator de impacto das revistas brasileiras, a partir do módulo de Bibliometria.

O SciELO conta hoje com coleções certificadas em oito países e, em desenvolvimento, em mais cinco países da América Latina e Caribe, contabilizando o total de 555 títulos acessíveis gratuitamente, vinte e quatro horas, sete dias por semana, tornando-se uma das mais bem sucedidas iniciativas de acesso aberto.

A Psicologia entendeu que o modelo SciELO operou mudanças em relação à falta de visibilidade do conhecimento gerado nos países em desenvolvimento e adaptou a plataforma para a publicação de suas revistas. Assim, no ano 2005, nasceu o Portal de Revistas Eletrônicas de Psicologia¹⁷ (PePSIC) que começou como um projeto para o Brasil e foi ampliado para a América Latina, em 2006. O PePSIC publica revistas da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Peru, Republica Dominicana, Uruguai e Venezuela, sendo a meta publicar, ao menos, um título de cada país irmão. A próxima etapa é a promoção da prática das citações entre os países da região, uma vez que observamos que os autores desses países referenciam autores europeus e norte-americanos, porém não citam os trabalhos dos seus colegas de região, que escrevem sobre os mesmo problemas tratados em seus artigos.

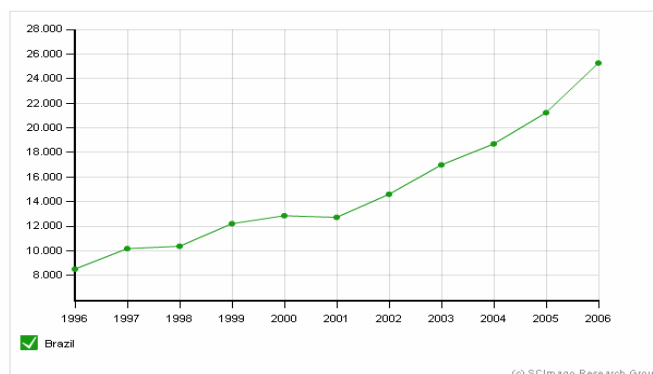
A breve discussão demonstra que estamos trilhando o caminho certo, ao desenvolvermos nossas próprias ferramentas para promover a visibilidade do conhecimento gerado em nossa região. Como país emergente, o Brasil não

17 Disponível em: <<http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php>>. Acesso em 20 jun. 2008.

pode esquecer que por trás das bases de dados e das revistas internacionais está o jogo de interesse comercial.

A Figura 2, ilustra o crescimento da produção científica brasileira, com base SCImago, a partir do número de documentos publicados no período de 1996 até 2006.

Figura 2 – Evolução do número de documentos publicados no Brasil (1996-2006)



SCImago. (2007). SJR – SCImago Journal & Country Rank. Retrieved June 16, 2008, from <http://www.scimagojr.com>

O gráfico demonstra que houve um expressivo crescimento do número de publicações no Brasil nos cinco anos (2002-2006), o que explica o 18º lugar do país no ranking do próprio SCImago.

O Portal de Periódicos, mantido pela CAPES,

oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet. O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários das instituições participantes. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet localizado nas instituições ou por elas autorizado.¹⁸

e é aclamado como um dos grandes responsáveis pelo avanço da pós-graduação no país, comprovando que a informação é a grande promotora das mudanças.

Como afirmam Pinto e Andrade (1999)

Tradição científica exige tempo, e uma nação como o Brasil onde a atividade científica é recente e a pós-graduação só há pouco tempo começa a se consolidar, (...) se abrir mão de sua independência científica trilhando o caminho da imitação, ao invés de construir sua própria história de desenvolvimento, estará condenada ao subdesenvolvimento eterno.

O Projeto de Lei Nº 1120, de 2007, de autoria de Rodrigo Rollemberg, considera que a concentração de conhecimento gerado nos países localizados

¹⁸ Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>. Acesso em: 10 jun. 2008

no hemisfério norte, além dos altos custos de manutenção das publicações periódicas, gera um novo fenômeno chamado de “exclusão cognitiva” e propõe que

instituições de ensino superior de caráter público, assim como as unidades de pesquisa, ficam obrigadas a construir os seus repositórios institucionais, nos quais deverão ser depositados o inteiro teor da produção técnico-científica conclusiva do corpo docente, com grau de aprovação, dos cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou similar, a produção técnico-científica conclusiva do corpo docente dos níveis de graduação e pós-graduação, assim como a produção técnico-científica, resultado das pesquisas realizadas pelos seus pesquisadores e professores, financiadas com recursos públicos, para acesso livre na rede mundial de computadores.¹⁹

O momento reclama por atitudes pró-ativas em prol do favorecimento da visibilidade do conhecimento gerado no país e nós, trabalhadores da ciência, temos que ser incansáveis na luta pela promoção do nosso bem maior: o saber.

6 Considerações Finais

Globalmente, verificamos que esforços estão sendo efetuados no sentido de tornar o conhecimento disponível e visível para todos. Projetos de Acesso Aberto em Portugal e no Brasil são, cada vez, em maior número. No entanto, aparecem em etapas de desenvolvimento diferenciadas, que são as seguintes: período de tempo de existência; tecnologias utilizadas (plataformas, *harvesting* e recolha de dados); e, quantidade de conteúdos. Mas há boas notícias - Google e Yahoo têm indexado metadados de vários arquivos e servidores, facilitando o acesso a esses conteúdos. É importante estabelecer parcerias e reunir esforços dentro do próprio país e, também, com parceiros de outros países. Desses fatores irão emergir, de certo, iniciativas de Acesso Aberto de maior dimensão, com mais qualidade e otimização dos custos.

A tecnologia aproxima pessoas e possibilita a cooperação internacional, como é caso desse trabalho, onde as autoras estão em Portugal e Brasil e se encontram na rede para uma cooperação frutífera. Assim, iniciativas de Acesso Aberto como - repositórios institucionais, bibliotecas virtuais, periódicos com texto completo de acesso livre são todas muito bem-vindas e devem ser

¹⁹ Disponível em: < <http://www.ici.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/AchadosRodrigoRollemberg>>. Acesso em 20 jun. 2008

estimuladas, principalmente por aqueles profissionais que têm na informação a razão de existir do seu labor.

Referências

BORBINHA, J. Bibliotecas, arquivos e outras coisas digitais. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 9, Ponta Delgada, 2007 *Bibliotecas e arquivos: informação para a cidadania, o desenvolvimento e inovação: actas*. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Disponível em: < <http://badinfo.apbad.pt/congresso9/COM68.pdf> >. Acesso em 2 mai. 2008.

COSTA, J. Tipografia portuguesa do séc. XVI nas colecções da Biblioteca Pública Municipal do Porto: relato sinóptico de um projecto integrado de transferência de suporte [comunicação oral]. In: COLÓQUIO PATRIMÓNIO BIBLIOGRÁFICO E NOVAS TECNOLOGIAS, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2008.

COSTA, M.T. Biblioteca do Conhecimento online: pela construção da sociedade do conhecimento. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 9, Ponta Delgada, 2007 *Bibliotecas e arquivos: informação para a cidadania, o desenvolvimento e inovação: actas*. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. 1 CD-ROM.

CRAVEIRO, G.; MACHADO, J. ORTELLADO, P. (Orgs.). O Mercado de livros técnicos e científicos no Brasil: subsídio público e acesso ao conhecimento. São Paulo: Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (GROPAI), 2008. Disponível em: <http://www.gpopai.usp.br/relatoriolivros.pdf>. Acesso em 03 de jun. 2008.

CUNHA, V. A., SANTOS, L. N. Sociedade do conhecimento, políticas públicas de informação e as bibliotecas públicas municipais de Salvador. In: Encontro Nacional de Ciência da Informação, 6, 2005. Salvador. Anais Eletrônicos. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000577/01/Sociedade_do_conhecimento_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2008.

EUROPEAN COMMISSION. Directorate-General for Research. Directorate C Science and Society. *Study on the economic and technical evolution of the scientific publication markets in Europe: final report – January 2006*. Brussels. European Commission. Disponível em: < http://europa.eu.int/comm/research/rtdinfo/index_en.html >. Acesso em 09 mai 2008.

FERREIRA, N. S.; YOSHIDA, E. M. P. Produção científica sobre psicoterapias breves no Brasil e demais países latino-americanos (1990-2000). *Estudos de Psicologia (Natal)*, set./dec., v.9, n.3, p.523-531. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n3/a15v09n3.pdf>>. Acesso em 02 de jun. 2008.

FORATTINI, O. P. The international language of science. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 31, n. 1, 1997. Disponível em: < http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101997000100002&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 09 de jun. 2008.

GOMES, J.F.; DELERUE-MATOS, C.; NOUWS, H.; ALBERGARIA, J.T.; VIEIRA, E.S. Alguns indicadores de desempenho das universidades portuguesas. In: SEMINÁRIO BIBLIOMETRIA E AVALIAÇÃO DA CIÊNCIA: U.PORTO, Porto, 2008. Disponível em:

<
<http://www.fc.up.pt/pessoas/jfgomes/documentos/IndicadoresUniversidades%28UpPorto11mar08%29.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2008.

GONÇALVES, A.; ARAÚJO, E.; FARIA, I.; GOUVEIA L.; VARGAS, M.; VIEIRA, M. L. Bibliotecas universitárias portuguesas: problemas, perspectivas. *Cadernos BAD*, v. 3, p. 131-139. 1993.

GIBBS, W. Lost science in the third world. *Scientific American*, p. 76-83, Aug. 1995.

IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions. O manifesto da IFLA sobre a Internet. Genève: IFLA, 2002. Disponível em:

<
<http://www.ifla.org/III/misc/im-pt.htm>>. Acesso em 10 jun. 2008..

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais – aplicação de estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.30, n.1, p.71-81, jan./abr. 2001.

MELO, L. M. G. F. B. B. *Avaliação de desempenho das bibliotecas da Universidade do Porto: modelo de actuação*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação, Universidade de Évora, Évora, 2005.

MENDONÇA, W. P. C. A Universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 131-150, mai./ago. 2000. Disponível em <

<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27501408.pdf>>. Acesso em 30 de maio 2008.

MENEGHINI, R. Avaliação da produção científica e o Projeto SciELO. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 219-20, 1998.

OLIVEIRA, É. B. Produção científica nacional na área de geociências: análise de critérios de editoração, difusão e indexação em bases de dados. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n.2, 2005. Disponível em: <
<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=735>>. Acesso em 09 de jun. 2008

PINTO, A. C.; ANDRADE, J. B. Fator de impacto de revistas científicas: qual o significado deste parâmetro?. *Química Nova*, São Paulo, v. 22, n. 3, 1999 . Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40421999000300026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 June 2008.

POBLACION, D. A.; GOLDENBERG, S. Acta Cirúrgica Brasileira: visibilidade e acessibilidade da produção científica na área de cirurgia experimental. *Acta Cirúrgica Brasileira*, São Paulo, v. 16, n. 3, 2001. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502001000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 jun. 2008.

RODRIGUES, E. Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação. *Cadernos BAD*, v. 1, p. 24-35, 2004.

RODRIGUES, E. Concretizando o acesso livre à literatura científica: o repositório institucional e a política de auto-arquivo da Universidade do Minho. *Cadernos BAD*, v. 1, p. 21-33, 2005.

RODRIGUES, E. Estimativa da percentagem da literatura científica disponível em Acesso Livre. In: *CIBERTECÁRIO 0.2 : em volta da minha profissão e do nosso Mundo!*, 18 abr. 2008. Disponível em: < <http://cibertecario02.blogspot.com/2008/04/estimativa-da-percentagem-da-literatura.html> >. Acesso em 7 mai. 2008.

SANTOS, A. B. Biblioteca Nacional – Desenvolvimento de SW para a estrutura de conteúdos In: *Software LIVRE@AP*, 06 nov. 2008. Disponível em: < http://www.softwarelivre.gov.pt/boas_praticas/mc/swmc/document_view >. Acesso em 16 mai. 2008.

SciELO PORTUGAL. *Colecção da biblioteca*. GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - Observatório da Ciência e do Ensino Superior - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2008 . Disponível em: < http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php/script_sci_alphabeticalng_pt/nrm_iso >. Acesso em: 24 abr. 2008.

SCImago. SJR-SCImago Journal et Country Rank. Disponível em: < <http://www.scimagojr.com> > . Acesso em: 13 jun. 2008

SEQUEIROS, P. Repositórios de acesso aberto em Portugal: situação presente, alguns resultados e perspectivas futuras. *Cadernos BAD*, v.2, 2007 [em publicação]. Disponível em: < <http://eprints.rclis.org/archive/00008309/01/eLIS.pdf> >. Acesso em 15 mar. 2008.

SOUZA, N. J.; OLIVEIRA, J. C. Relação entre geração de conhecimento e desenvolvimento econômico. *Análise*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 211-223, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1127/1570>>. Acesso em 09 de jun. 2008.

ANEXO A

Tabela 1 . Projectos e Iniciativas de Acesso Aberto em Portugal

Nome do Projecto	Instituição	URL
Arquivo Maria de Lourdes Pintasilgo	Fundação Cuidar o Futuro	http://www.arquivopintasilgo.pt/MLP/
Bases Jurídico-Documentais	Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça - Ministério da Justiça	http://www.dgsi.pt/
Biblioteca Antiga Digital	Universidade Aberta	http://www.univ-ab.pt/bad/
Biblioteca Digital Ardies	Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa	http://www.fd.unl.pt/ConteudosAreas.as?Area=BibliotecaDigital
Biblioteca de Arte da Gulbenkian	Fundação Calouste Gulbenkian	http://www.bibartepac.gulbenkian.pt/ipac20/ipac.jsp?session=R1618J7087R03.32054&profile=ba&menu=tab13&ts=1161857087265#focus
Biblioteca Digital Camões	Instituto Camões	http://www.instituto-camoes.pt/cvc/bdc/index_arte.html
Biblioteca Digital da Faculdade de Direito	Universidade de Coimbra	http://bibdigital.fd.uc.pt/
Biblioteca Digital da Faculdade de Letras	Universidade de Lisboa	http://www.fl.ul.pt/biblioteca/biblioteca_digital.html
Biblioteca Digital da Imprensa Periódica Vilacondense	Biblioteca Municipal José Régio - Vila do Conde	http://www.bm-joseregio.com/periodicos/
Biblioteca Digital do Alentejo (BDA)	Fundação Alentejo - Terra Mãe	http://www.bdalentejo.net/
Biblioteca Digital do IPP - DiglIPP	Biblioteca Central do Instituto Politécnico do Porto	http://ipac.sc.ipp.pt:81/ipac20/ipac.jsp?session=X19626955J84L.962&profile=ippbc&menu=tab41&ts=1196269556926#
Biblioteca Geral Digital	Universidade de Coimbra	http://web.bg.uc.pt/BibliotecaDigital/
BibRia: Biblioteca Digital Municípios da Ria de Aveiro	Consórcio das Camaras Municipais de Aveiro, Oliveira do Bairro e Ovar	http://bibria.cm-aveiro.pt/Forms/Highlights.aspx
BN Digital	Biblioteca Nacional de Portugal	http://bnd.bn.pt/
Boletim / Gazeta Jurídica / Revista	Ordem dos Advogados	http://www.oa.pt/Conteudos/Arquivo/lista_artigos.aspx?idc=30777&idsc=20018
BPMP DIGIT@L- Biblioteca/Repositório Digital	Biblioteca Pública Municipal do Porto	Projecto em curso a disponibilizar via WWW no último trimestre de 2008 (COSTA, 2008)
Centro do Conhecimento dos Açores-Biblioteca Digital	Direcção Regional da Cultura - Governo dos Açores	http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/edicoes/introducao.aspx
Conferencias - ISCTE	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa	https://publicacoes.iscte.pt/
Conteúdos de cidadania na Internet	Fundação Mário Soares	http://www.fundacao-mario-soares.pt/arquivo_biblioteca/default.asp
Diário da República Electrónico	Imprensa Nacional Casa da Moeda	http://dre.pt/gratis/historico/diplomasmenu.asp
Dited - Depósito de Dissertações e Teses Digitais	Biblioteca Nacional de Portugal	http://dited.bn.pt
Espaço Electrónico de Engenharia em Portugal	Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia	http://biblioteca.fe.up.pt
Fundo Antigo da Faculdade de Ciências	Universidade do Porto	http://www.fc.up.pt/fa/
Hemeroteca Digital	Câmara Municipal de Lisboa	http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/
Journals - ISCTE	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa	https://conferencias.iscte.pt/
Memória de África Digital	Fundação Portugal África	http://memoria-africa.ua.pt/Digital_Coleccoes.aspx
PAM - Portuguese Archive of Mathematics	Centro de Estudos em Optimização e Controlo Universidade de Aveiro	http://ceoc.mat.ua.pt/dspace/
Papadocs	Universidade do Minho - Departamento de Sistemas de Informação	http://papadocs.dsi.uminho.pt
Repositório Científico da Universidade de Évora	Universidade de Évora	http://dspace.uevora.pt:8080/otic/
Repositório da Universidade do Porto	Universidade do Porto	http://repositorio.up.pt/dspace/

Repositório do ISCTE	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa	https://repositorio.iscte.pt/
Repositório e-learning	Universidade de Minho e TecMinho	http://e-repository.tecminho.uminho.pt
RepositóriUM	Universidade do Minho	http://repositorium.sdum.uminho.pt/
RODA - Repositório de Objectos Digitais Autênticos	Direcção-Geral de Arquivos	http://roda.iantt.pt/
Projecto TT Online	Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ)	http://ttonline.iantt.pt/
SciELO Portugal	Observatório da Ciência e do Ensino Superior (Portugal)	http://www.scielo.oces.mctes.pt
SinBAD	Universidade de Aveiro	http://sinbad.ua.pt
Tesouros da Torre do Tombo	DGARG - Direcção Geral de Arquivos	http://ttonline.iantt.pt/tesouros.htm
Wildlife Biology in Practice	SPVS (Portuguese Wildlife Society)	http://www.socpvs.org/
Wildrepositorium	SPVS (Portuguese Wildlife Society)	http://www.socpvs.org/journals/index.php/wbp

Área temática: A Biblioteca Universitária e o Contexto Institucional

Eixo: Acesso livre e repositórios institucionais: maior visibilidade da produção científica institucional

Título: A QUESTÃO DO ACESSO ABERTO EM PORTUGAL E NO BRASIL

Luiza Baptista Melo – Bibliotecária - Departamentos de Botânica e Matemática Aplicada

Faculdade de Ciências - Universidade do Porto / Investigadora do CIDEHUS da Universidade de Évora – Portugal

lbmelo@fc.up.pt

Maria Imaculada Cardoso Sampaio – Bibliotecária - Biblioteca Dante Moreira Leite/Coordenação da BVS-Psi

Instituto de Psicologia - Universidade de São Paulo - Brasil

isampaio@usp.br

Cesaltina Pires – Professora Associada com Agregação

Departamento de Gestão - Universidade de Évora – Portugal

cpires@uevora.pt

